

# Chico Lopes tem plano contra inflação

GEORGE VIDOR

Uma nova proposta de programa de estabilização de preços será submetida à Câmara dos Deputados, logo que os trabalhos legislativos forem reiniciados, através de um projeto de lei do Deputado Osmundo Rebouças (economista com pós-graduação em Harvard e eleito pelo PMDB do Ceará — ver coluna Panorama Econômico). Trata-se, na verdade, de um programa elaborado pelo economista Francisco Lopes — inspirador do Plano Cruzado e mentor do Plano Bresser —, mas desta vez nada tem a ver com choque heterodoxo e congelamentos. Chico Lopes sugere um sistema de duas moedas: o Cruzado (CZ\$), que continuaria a circular ainda por algum tempo, e o Real (R\$), de valor correspondente inicialmente a uma Obrigação do Tesouro Nacional fiscal (OTN fiscal), sobre o qual o economista espera que a inflação caia para percentuais muito baixos.

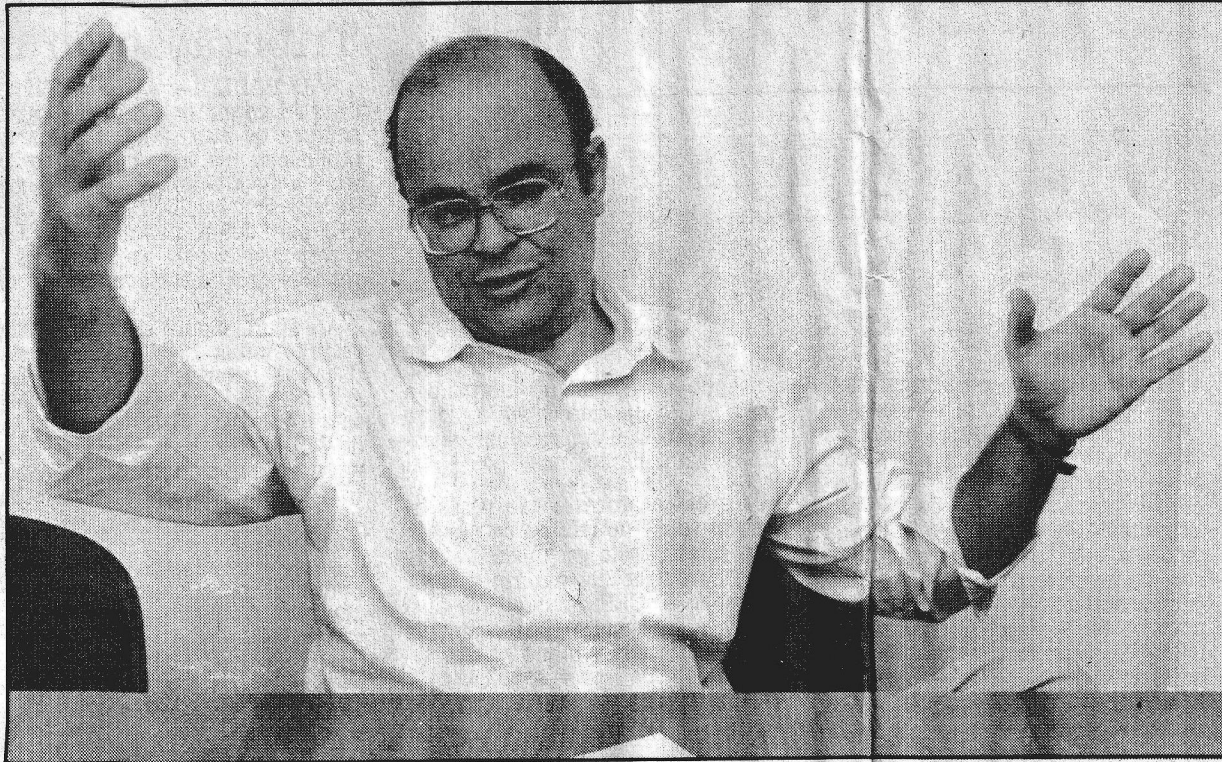
A essência do programa está no artigo 6º do projeto, pelo qual fica vedado ao Governo federal — e também ao Banco Central — fazer, com a nova moeda, pagamentos, empréstimos, transferências, e quitações de quaisquer débitos. As únicas exceções são o pagamento de salários e soldos dos funcionários da administração direta (incluindo militares) e as transferências automáticas de receita de impostos para Estados e Municípios. Outro artigo importante é o que proíbe correção monetária no Real a prazos inferiores a um ano.

Para tornar o programa possível, o projeto institui um departamento especial no Banco Central, chamado Caixa de Estabilização, que terá poderes para fixar a paridade de conversão do Cruzado para o Real (e vice-versa) e direitos exclusivos de emitir a nova moeda, nas condições determinadas pelo projeto.

O programa de Chico Lopes tem duas fases. A primeira tem duração de quatro meses, tempo necessário para que a sociedade se acostume à nova moeda. Nos primeiros quatro meses, a Caixa de Estabilização dará liquidez total ao Cruzado, nas quantidades que forem entregues ao órgão por instituições financeiras credenciadas (como os **dealers** que o Banco Central tem hoje no mercado aberto). Nesse período, a conversão será feita pelo valor da OTN fiscal, que hoje é ajustado diariamente, conforme a expectativa da inflação.

Na segunda fase do programa, a Caixa passará a fazer leilões diários para fixar a paridade entre o Cruzado e o Real. As quantidades de reais não mais serão livres e sim reguladas por lei. A sugestão do economista é que a expansão da quantidade da moeda seja de, no máximo, 12% por semestre.

Uma comissão do Congresso receberá relatórios mensais da Caixa de Estabilização sobre a quantidade de Reais em circulação. A partir do décimo mês de vigência do programa, o aumento da quantidade de Reais se-



Chico Lopes, em plano levado ao Congresso, sugere uma nova moeda, o real, convivendo com o cruzado

rá estabelecido pelo Congresso, com limites trimestrais ou semestrais.

Como pode ser observado, a âncora do programa é o controle rígido sobre a nova moeda. Como o Governo somente trabalhará em Cruzados, recorrendo sempre à conversão para Reais, o setor público terá de, forçosamente se ajustar. O projeto de lei não estabelece, por exemplo, prazo para que o Governo venha também a usar Reais, pois isto dependerá exclusivamente do ajuste do próprio setor público.

Por esse sistema, segundo Chico Lopes, a sociedade é quem acabará determinando o tamanho do déficit público que está disposta a suportar.

— Não existe forma científica capaz de estabelecer qual o déficit correto para uma economia. O Brasil fixou como meta para este ano 4% do PIB e para o ano que vem 2% do PIB. É a velha regra do Fundo Mo-

netário Internacional (FMI) de ir reduzindo o déficit sempre à metade. Mas por que não um superávit de 3% do PIB? É uma questão difícil de se definir. Há países com estabilidade de preços e déficits públicos superiores ao que o Brasil terá em 88 — diz ele.

De acordo com esse programa, se o déficit público crescer, o Cruzado vai se desvalorizar rapidamente em relação ao Real, e o Governo imediatamente terá de ajustar as suas contas. Deve-se frisar que a contrapartida de de empréstimos, conversão de dívida externa em capital, **relending** (reempréstimo de recursos provisoriamente depositados no BC pelos bancos credores do País), exportações, etc. continuará sendo feita somente em Cruzados, que, em seguida, poderão ser convertidos em Reais pelas regras que estiverem em vigor.

Os impostos serão, no entanto, re-

colhidos apenas em Reais, para que a arrecadação do Governo fique protegida. Chico Lopes acredita que o ganho de receita que se obterá com esta desindexação (o que os economistas chamam de Efeito Tanzi) poderá corresponder a 2% do PIB. Ou seja, o Governo, se quiser, poderá mais facilmente reduzir o seu déficit a percentagens insignificantes.

Segundo Chico Lopes, a idéia do programa é reproduzir o que a hiperinflação faria. “Se continuarmos no atual caminho e chegarmos à hiperinflação, o que acontecerá é que somente o Governo trabalhará com o Cruzado. O restante da economia vai funcionar com o dólar paralelo, moeda sobre a qual o Governo brasileiro não tem poder de emissão. O Real é uma tentativa de se fazer isto, mas de uma maneira racional e lenta. Com a hiperinflação, o sistema de duas moedas ocorre de forma traumática”.